

A luta decisiva dos índios na Constituinte

Estamos na reta final do período de campanha eleitoral. E sabemos que nosso voto haverá de definir o novo reordenamento político-institucional, que administrará nossas vidas. Para a população indígena do Brasil, o interesse não está só no debate sobre conceitos como a cidadania plena, o direito à terra ou a garantia das riquezas

naturais, questões que a Constituição deverá incluir, mas na sua participação direta na discussão das leis: uma reivindicação até agora negada por todos os últimos governos e uma preocupação que nem sequer grupos mais sensíveis aos problemas sociais, têm manifestado de um modo efetivo. É por isto que também o Índio precisa se unir, se organizar e fazer ouvir sua voz. E é por este

motivo que um dos dirigentes da União das Nações Indígenas (UNI), candidato a deputado federal pelo PT, veio do Amazonas para dar seu apoio aos Guajajaras, no Maranhão, que se reuniram em assembléia pela primeira vez. Álvaro Sampaio Tukano é coordenador da Baía Amazônica, na UNI. Aproveitando sua passagem pelo Maranhão, ele falou à CIMI (Conselho Indigenista Missionário), sobre os problemas que os índios estão enfrentando com mineiradoras e garimpeiros no alto Rio Negro,

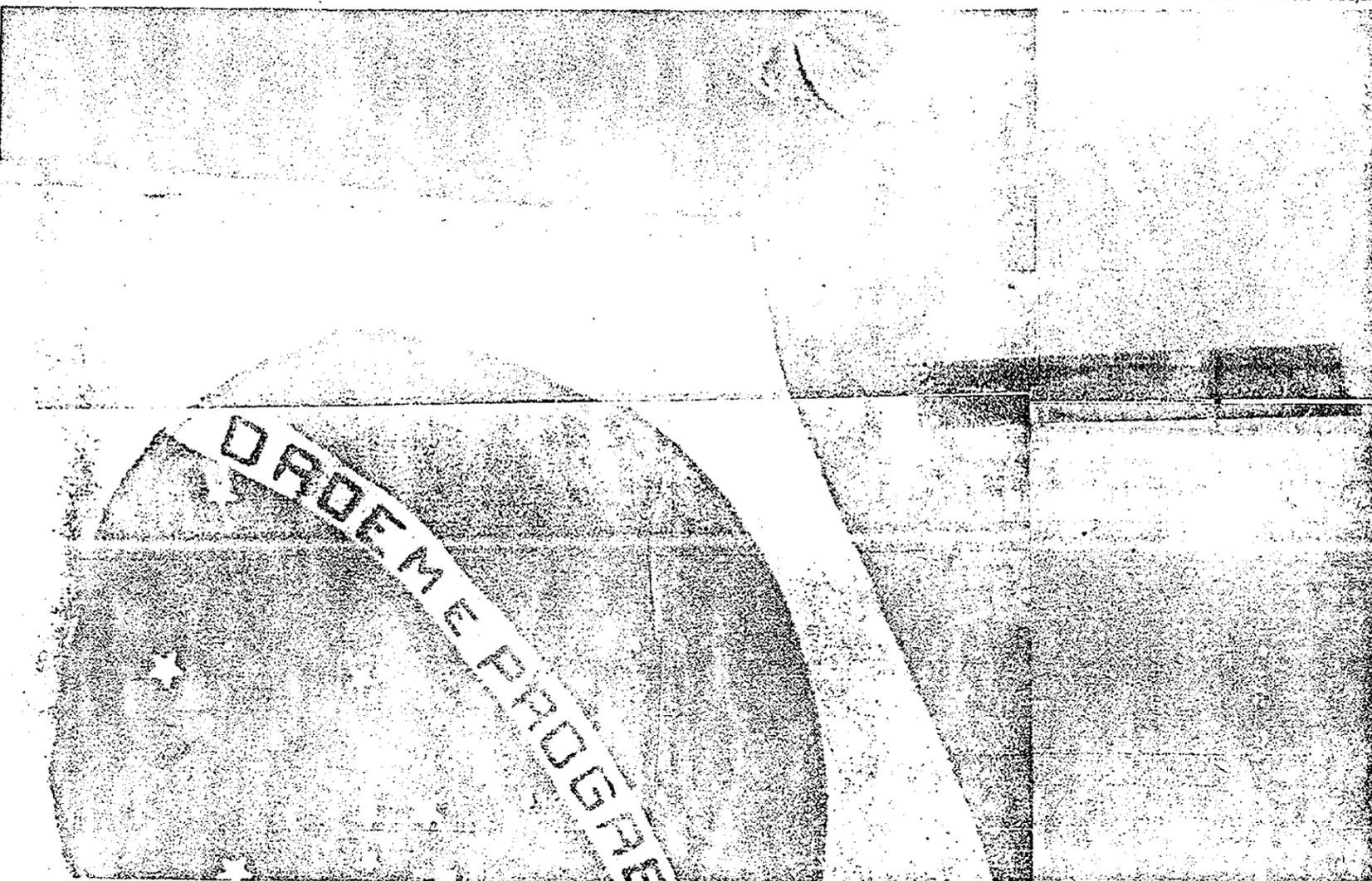
DIREITOS INDÍGENAS

1. Reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil.
2. Demarcação e garantia das terras indígenas.
3. Usufruto exclusivo, pelos povos indígenas, das riquezas naturais existentes no solo e no subsolo dos seus territórios.
4. Reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas.
5. Reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas, com seus projetos de futuro, além das garantias de plena cidadania.

UNI - União das Nações Indígenas
MST/CONTAG/CUT/CONAGE/ABRA/CIMI/CONIC/CPT/ABRA/IBSPD/ANDES/MNDH/ANAI-RS/ANAI-BA/CPI-SP/CPI-AC/CPI-SE/CTI/CCPY/CEI/OPAN/CEDI/INESC/CEPIS/IBASE/FASE/GTME.

das relações mantidas com o Estado e das perspectivas apontadas na Carta Prévica. E não esqueceu, é claro, do significado desta reunião dos Guajajaras para o conjunto das nações indígenas.

foto Claudia Andujar



CIMI - Álvaro, o que é a UNI? Álvaro Sampaio Tukano - "É a união de todas as tribos indígenas para discutir e definir sua vida. É um movimento. Não um partido ou uma entidade, mas um movimento de todas as populações conscientes, de que é necessário a união de todas as nações. O objetivo é manter a nossa cultura, praticar as nossas religiões e demonstrar para as próprias nações a capacidade que o Índio tem. O que a gente quer dentro da UNI é organizar as comunidades, para que tenham uma direção própria de ensino e de política administrativa e que nós podemos chamar as pessoas de fora, porque até agora a FUNAI e o Governo têm indicado pessoas que não prestam e tem jogado nas comunidades, e quando vamos pedir demissão destes funcionários, ainda ficam camuflando todas as sujeiras, as corrupções e traições que eles fazem contra os índios."

Nacional o nosso projeto. Se for aprovado, vai ser incluído nessa Carta Magna e será a Constituinte dos Índios, em caso contrário não".

CIMI - Mas que direitos deveriam ser incluídos na Constituição? AST - "Os principais direitos que nós queremos em nossa Constituição são os mesmos de sempre, que até agora não foram concretizados: o direito à terra, à educação e à saúde. Se nós temos a oportunidade de escolher entre nossos candidatos, vamos fazer o possível por materializá-los e, para disputar as vereanças nas próximas eleições, poderemos lançar nossos próprios candidatos. Algumas comunidades mais organizadas poderão até conquistar algumas prefeituras, principalmente aqui na Amazônia".

CIMI - Quais são as candidaturas lançadas pelos índios?

AST - "Nós temos quatro candidatos do movimento indígena da UNI, enquadrados no PT. Eles são da Região Norte: Gilberto Makuxi, de Roraima, Paulo Tikuna e eu, do Amazonas, e Biraci Brasil, do Acre, todos direcionados para uma linha política de trabalho a nível nacional. Também temos outros candidatos como o Mário Juruna, no Rio de Janeiro, o Índio xavante Nicolão, de Mato Grosso, e Marcos Terena, de Brasília, os três pelo PDT, Idjarriri Karajá, de Goiás, representando o PMDB, e Karaf Mirim, Índio guarani, de São Paulo".

CIMI - Segundo um levantamento realizado pela CEDI (Centro Ecuênico de Documentação e Informação) e pela CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos) sobre a exploração mineral das terras indígenas, o Maranhão compreende 18 alvarás e 30 requerimentos de pesquisas, que abrangem um total

de cinco áreas indígenas. Em sua opinião, qual será o impacto sobre os índios, alguns em pleno processo de contato como os Guajá, caso sejam confirmadas as riquezas do subsolo?

AST - "Eu acho que os Guajá vão sofrer uma miséria, vão apanhar das mineiradoras, vão apanhar da FUNAI e de todo mundo. O que nós devemos fazer é dar apoio político e moral a essas comunidades, através de assembléias como esta, ajudando a compreender a situação terrível que eles vão ter que enfrentar. Eu acho que essas pesquisas que se encontram aqui no Maranhão, são um trabalho de um governo antidemocrático com as populações indígenas e nossa resposta tem que ser igual, não aceitar esses alvarás. Se a intenção deles é nos explorar, nós vamos explorar também. Temos condições de demonstrar ao governo brasileiro que ele é cego e surdo para as questões indígenas".

CIMI - ... e no caso do Amazonas?

AST - "Não é muito diferente do Maranhão. Uma vez que as terras indígenas tem riquezas no subsolo e muita madeira no solo, e pelo fato de não termos as terras demarcadas pelo governo, o confronto com empresas mineiradoras, como a Paranapanema, e madeireiras, ou mesmo com alguns garimpeiros que chegam em busca do pão de cada dia, é inevitável".

CIMI - As relações entre o Estado brasileiro e as populações indígenas sempre foi uma questão mal resolvida. Como valorizar a política indigenista neste momento?

AST - "A FUNAI está caindo cada vez mais e fica querendo dar um espaço vazio para nós. O governo está voltado aos interesses do primeiro mundo e não está a fim de resolver os pro-

blemas do Terceiro Mundo, onde estão as populações indígenas e os lavradores. A solução está em nossas mãos. Mesmo para a próxima Constituinte, a relação Índio-Estado vai ter um tratamento bem diferente que nos últimos anos. A relação de tutela, através da FUNAI poderá ser invertida num sistema democrático e terá que ser conquistada pelo movimento indígena. Eu digo isto claramente porque se a FUNAI está fraca hoje é porque a organização dos índios cresceu no Brasil e tudo o que conseguimos, como a demarcação de algumas terras, a criação de projetos agrícolas e a troca de presidentes, não foi porque a FUNAI quis, mas porque nós conquistamos o espaço. A FUNAI nunca deu presente algum para o Índio, ao contrário quis roubar, só que o Índio não deixou".

CIMI - Que significado tem para os índios do Maranhão, e em geral para a UNI, esta assembléia das lideranças guajajaras?

AST - "Acho que uma coisa concreta que nós podemos dizer é que o Índio está levantando a voz de novo e a sua cabeça. A UNI tem um caminho curto e não é de falar muito, não. Temos muito que fazer ainda. A nossa população está aumentando e nós temos condição de pelo menos educar nossas crianças. Para isso é necessário organizar nossas comunidades. No caso específico do Bacuricinho, acho que esta assembléia reflete muita coisa do passado. Os guajajaras são famosos. Se Bacuri fizesse o primeiro jogo entre as próprias comunidades indígenas para esta luta, acho que muitas outras comunidades poderão ser incluídas. Foi um grande avanço que os guajajaras fizeram para conquistar, pelo menos, seu espaço no meio dos brancos. Como disseram os caciques, isso não vai ser uma última reunião. Amanhã vamos ter outra com mais força. Esta é a lição que o Maranhão recebe hoje".